

# **37° Encontro Anual da ANPOCS**

**ST 39 – Neodesenvolvimentismo e conflitos ambientais urbanos e rurais: disputas por espaço e recursos entre classes e grupos sociais**

## **Ambientalização do Complexo do Alemão: atores e representações.**

**Matheus Alves de Barros**

**Doutorando (IPPUR/UFRJ)**

**Águas de Lindoia (SP), Setembro de 2013**

## I - Introdução:

O objetivo deste *paper* é investigar a presença e os significados dos usos do discurso “ambientalizador” nos processos de implantação do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC<sup>1</sup>), no Complexo de Favelas do Alemão na Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro.

Em primeiro lugar, serão apresentados os atores envolvidos diretamente com os processos e suas estratégias discursivas e práticas. O objetivo, nesse caso, é explanar as continuidades e discontinuidades na lógica das políticas governamentais aplicadas ao espaço urbano das classes populares. Paralelamente, evidenciar-se-ia as histórias das lutas, atividades e envolvimento de alguns atores locais nos processos de implantação de políticas governamentais ao território. Para tanto, foram realizadas entrevistas com os governos Estadual e Municipal (BARROS, 2012) e, também, com lideranças locais, representantes de Organizações Não Governamentais (ONGs) e com moradores comuns<sup>2</sup>. Além da análise das entrevistas serão utilizados, também, dois trabalhos acadêmicos que fornecem importantes subsídios para esta investigação. O primeiro deles é a dissertação de mestrado de Eduardo Nogueira Bello Simas, intitulada “*Tem meio ambiente na favela? Ambientalismo na Serra da Misericórdia*”. Este estudo é interessante não só por fazer uma etnografia do Verdejar (um dos atores coletivos analisados neste trabalho), mas também por outros três motivos específicos: a) realiza um rico debate sobre o ambientalismo do Verdejar; b) evidencia a singularidade do ambientalismo oriundo da

---

<sup>1</sup> Trata-se de um Programa proposto pelo Governo Federal (Lula, 2007-2010) em parceria com os governos do Estado e Município do Rio de Janeiro. O PAC/Social e Urbano, que ficou conhecido como PAC/Favelas, compõe uma pequena parte de um Programa muito mais amplo, lançado em 22 de janeiro de 2007 com o nome de **Programa de Aceleração do Crescimento (PAC)**, que engloba um conjunto de políticas econômicas, elaboradas para serem aplicadas em quatro anos, 2007 a 2010, nas mais variadas áreas.

<sup>2</sup> Essas entrevistas surgiram a partir da inquietação teórico-metodológica que questionava a validade do material coletado nas entrevistas formais. Nelas os *entrevistados* estavam conscientes de que respondiam (ou melhor, construiriam um discurso) às questões pré-estabelecidas e recordadas sob a luz de marcos teórico e epistemológico definido e que, num momento posterior, seriam analisadas (suas respostas) por um pesquisador que as divulgaria como resultado de uma pesquisa científica. Desse modo, o indivíduo teria os elementos necessários para deduzir os resultados e consequências de sua fala, suas opiniões e convicções éticas, políticas, sociais e ideológicas. Assim, o sujeito poderia evitar se posicionar diante de determinados temas ou se posicionar oposto ao que suas convicções o inclinariam se isso pudesse lhe trazer embaraços, comprometimento e outras consequências julgadas por ele como negativas e que, portanto, seria melhor evita-las. Fica, portanto, a dúvida: os indivíduos (entrevistáveis) para um entrevistador, cuja identidade lhe fosse desconhecida e que a conversa não tivesse a formalidade de uma entrevista para um pesquisador universitário?

favela; c) apresenta o processo ambientizador do Alemão a partir das atividades da ONG Verdejar.

O segundo trabalho é, também uma dissertação de mestrado, de Joaquim Justino Moura dos Santos, intitulada “*Contribuição ao Estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro: A Freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920*”. Este estudo fornece elementos para a reconstituição da história da região da Serra, o qual está focalizado na Freguesia de Inhaúma que abrangia, no período recortado pela pesquisa de Moura Santos, grande parte das terras da Serra da Misericórdia e das favelas do Alemão.

## **II – Os atores: Verdejar, Raízes em Movimento e Efeta.**

### **II. 1 O Verdejar: um fator ambientalizante do Alemão?**

Numa noite chuvosa de setembro de 1997, dois moradores do bairro de Inhaúma decidiram pôr algumas mudas em um carrinho de mão, e em rumo pela antiga Estrada Velha da Pavuna (Atual Av. Ademar Bebian), subiram a comunidade Sérgio Silva (Componente do Complexo do Alemão) para plantar as mudas de Mata Atlântica na área verde da Serra numa localidade que mais tarde o grupo passou a chamar de Praça do Meio. No dia seguinte acontecia o que consideramos a 1<sup>o</sup> reunião do grupo quando algumas pessoas sabendo do fato da noite anterior encontraram-se na casa de um desses moradores para conversarem sobre que atividades poderiam promover na comunidade Sérgio Silva com vistas a conservar a peculiaridade ambiental do local. (PORTAL VERDEJAR, História, disponível no endereço: <http://www.verdejar.org.br/hist.html>, acessado em 10/09/11).

Esse trecho sintetiza o “mito de origem” que é recontado em inúmeras ocasiões e apresenta a página do site da ONG Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo na internet. Ele também serve como forma de legitimar a atuação do grupo relegando sua relação de pertencimento ao local, a favela. A imagem de dois “moradores com o carrinho” reforça simbolicamente os laços de pertencimento do grupo<sup>3</sup> com o local, que seriam anteriores a um “interesse puramente ambientalista” e fortalece a ideia de que tudo começou através da iniciativa particular de um grupo de moradores destituído de

---

<sup>3</sup> Será utilizado, aqui, ora grupo Verdejar, Verdejar ou simplesmente grupo para designar o ONG Verdejar. Trata-se de uma categoria nativa de se referir ao grupo que cronologicamente é anterior a institucionalização da ONG.

conhecimento técnico-científico, e dotados da vontade de fazer alguma coisa para preservar seu espaço verde (SIMAS, 2006).

Assim, o Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo (VPAH) surge de uma iniciativa de moradores do bairro de Inhaúma (nas proximidades da Serra da Misericórdia e Morro do Alemão), mais precisamente na favela Sérgio Silva. A partir de 1998 o grupo Verdejar<sup>4</sup> começou a realizar uma série de atividades socioambientais: “plantios de mudas da Mata Atlântica e 4 festas”. Essas atividades tiveram como objetivo principal “atrair moradores da comunidade para participarem do grupo e conscientizá-los da importância da recuperação ambiental da Serra da Misericórdia para a melhoria da qualidade de vida local”<sup>5</sup>. Um das primeiras grandes preocupações do grupo era conter o crescimento da favela Sérgio Silva, inclusive porque, segundo eles, o temor de que tudo (a Serra da Misericórdia de modo geral) se transformasse num favelão é comum a praticamente todos os grupos sociais que estão no território (SIMAS, 2006).

Várias ações foram sendo elaboradas ao longo dos dez anos de existência do grupo. Em diversos momentos, acionaram a Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (ALERJ) para obter informações sobre quais os procedimentos legais possíveis para conter o avanço da comunidade Sérgio Silva. Além disso, o grupo reivindicava (e reivindica) a transformação da Serra da Misericórdia em Parque Ecológico e também a desativação de três pedreiras que operam na Serra, consideradas por eles como sendo grandes fontes poluidoras da região. Ainda em 1999, esse movimento ambiental obteve, através do decreto Municipal nº. 19.144 de novembro de 2000, a criação da APARU (Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana) da Serra da Misericórdia<sup>6</sup> que estabeleceu, dentre outras coisas, o eco limite. Por outro lado, o Verdejar encampou uma luta de dois anos contra um grupo de grileiros que ocupou uma grande área da serra. Eles conquistaram, via Ministério Público, a vitória. O Ministério não

---

<sup>4</sup> Será utilizado aqui ora grupo Verdejar, Verdejar ou simplesmente grupo. Trata-se de uma forma nativa de se referir a ONG.

<sup>5</sup> VERDEJAR, História, disponível no endereço: <http://www.verdejar.org.br/hist.html>. Acessado em 08/07/2011.

<sup>6</sup> VERDEJAR, História, disponível no endereço: <http://www.verdejar.org.br/hist.html>, acessado em 08/07/2011.

só impediu a construção de um condomínio, como também “autuou os responsáveis por crime ambiental e grilagem de terras” <sup>7</sup>.

Em 2004 é fundado o **“Verdejar Proteção Ambiental e Humanismo”**, que mantém características de movimento comunitário. Atualmente o Verdejar está organizado em quatro grupos de trabalho (GTs): 1) agroecologia e agricultura urbana; 2) justiça ambiental e desenvolvimento local; 3) educação ambiental e 4) cultura e meio ambiente. Além disso, colabora com outras ONGs, tais como o Raízes em Movimento, Núcleo da Terra, Bicuda Ecológica e Éfeta, que também atuam no Complexo do Alemão. Com a chegada do PAC em 2007, o Verdejar voltou suas atenções para as negociações com as instituições governamentais responsáveis pela realização das obras. Um ponto interessante para análise do Verdejar como ator coletivo no processo de implantação do PAC no Alemão é sua bandeira verde, que parece, à primeira vista, unificar a luta de uma gama de organizações presentes no Complexo. Com efeito, o fato de a Serra da Misericórdia fazer limites com várias favelas do Conjunto e 27 bairros da região da Leopoldina propicia a construção da problemática da degradação como um problema comum a todos; logo, a busca pela recuperação e preservação tende a aglutinar diferentes grupos e atores sociais num processo que Simas (2006) definiu como “ambientalizador” <sup>8</sup>. Esse processo ambientalizador envolveria até mesmo o tráfico:

O Verdejar exerce influência até mesmo para traficantes, vistos como o contrário da “lei e da ordem” vigentes, mas que não estão livres dessa “onda ambientalizante”. Numa determinada situação, que não estava relacionada ao trabalho de campo, ouvi um relato de que numa favela havia sido colado um cartaz com os seguintes dizeres: “O tráfico informa: é proibido jogar lixo no valão. Lixo no chão, tiro na mão” (SIMAS, 2006, p.83, grifos no original).

---

<sup>7</sup> VERDEJAR, História, disponível no endereço: <http://www.verdejar.org.br/hist.html>. Acessado em 08/07/2011.

<sup>8</sup> O autor se inspira no trabalho de Correia (2006) “O processo ambientalizador e a etiqueta ambiental da empresa que “pensa verde”: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional”, na qual a autora se apropria das ideias (processo civilizador) de Noberte Elias (2000) para analisar a “onda ambientalizante” formada pelas ações da CSN.

Esse processo ambientizador se inicia a partir das preocupações em conter a expansão da favela Sérgio Silva e impedir que a Serra - vista como um lugar de lazer para todos os moradores, inclusive para traficantes que, em última análise, também são moradores - se transformasse numa grande favela. Nesse sentido, vários esforços foram empreendidos ao longo de 1999 e nos anos posteriores, já que a ameaça de ocupação é constante e se dá de diversas maneiras e por variados interesses. Como o Verdejar construiu sua história se consolidando enquanto movimento ambientalista a partir dos conflitos entre os diferentes “usos” do espaço da Serra, a análise desses conflitos faz-se necessária para se compreender essa atuação.

Os discursos e a atuação do Verdejar possuem diferentes focos e através deles podemos identificar os principais conflitos com relação à utilização do espaço da Serra. Conflitos esses que também se desenvolvem no plano simbólico com relação aos diferentes interesses que existem sobre a Serra, cada qual com as suas imagens do local (SIMAS, 2006). Assim o espaço da Serra pode ser significado e utilizado de diversas maneiras, tais como: espaço de moradia, exploração econômica, lazer ou preservação, entre outras possibilidades. Levando em consideração que os grupos sociais não ocupam posições fixas nesse cenário, podendo haver mais de um uso do local, variando conforme o contexto.

Para os fins dessa deste texto, recorre-se à definição de conflitos ambientais, elaborada por Acserald (2004), por ser ela, aparentemente, a mais adequada à análise da questão que está pesquisa se propõe a fazer. Para o autor, os conflitos ambientais são:

[...] aqueles envolvendo grupos sociais com modos diferenciados de apropriação, uso e significação do território, tendo origem quando pelo menos um dos grupos tem a continuidade das formas sociais do meio que desenvolvem ameaçada por impactos indesejáveis [...] decorrentes do exercício das práticas de outros grupos” (ACSELRAD, 2004, p. 26)

Este autor traz contribuições importantes, principalmente, por sua perspectiva analítica que considera o papel da diversidade sociocultural e o conflito entre distintos “projetos de apropriação do mundo material” (ACSELRAD, 2004, p. 14). Essa perspectiva se contrapõe à ideia de que existe uma “consciência ambiental” única e definida, e rejeita a abordagem que vê a origem dos conflitos na escassez de recursos. O

autor explica a necessidade de se pensar os conflitos à luz de diferentes lógicas culturais, pois, como afirma: “as lutas por recursos ambientais são, assim, simultaneamente, a disputa por sentidos culturais” (ACSERALD, 2004).

Esta perspectiva possibilita um olhar bem mais amplo sobre a questão, e, inclusive, oferece um arcabouço teórico para se pensar os processos vividos pelo Verdejar, já que o que está em conflito, no caso, são as visões sobre o que “é” a Serra da Misericórdia<sup>9</sup> e quais são os usos “legítimos” que são destinados a partir dessa significação (SIMAS, 2006).

## **II. 2 - O Raízes em Movimento.**

O Instituto Sócio Cultural Raízes em Movimento surgiu em outubro de 2001 por iniciativa de um grupo de jovens e universitários moradores do Alemão envolvidos em trabalhos sociais na região.

As primeiras atuações do grupo foram: trabalhar a questão ambiental, promover atividades esportivas e ações educacionais e culturais<sup>10</sup>, além da capacitação constante de seus integrantes para o fortalecimento institucional. Segundo Entrevistado 1, um dos idealizadores do Instituto, atualmente o Raízes vem atuando em três linhas programáticas específicas: 1) a primeira é na área da juventude, onde são desenvolvidas atividades na área cultural e educacional, com ênfase na formação de novos atores políticos; 2) a segunda linha é no campo do desenvolvimento local, atuando junto a empreendedores econômicos, pequenos negócios, fortalecimento de gestão e também empreendedores sociais; 3) a terceira linha é destinada a pesquisas sobre a realidade social do Complexo do Alemão. Essas três linhas se articulam de maneira a contemplar a dimensão social

---

<sup>9</sup> A pesquisa identificou pelo menos três usos e significados diferentes para a Serra da Misericórdia: o primeiro, aquele dos grupos preservacionistas (preservação da Serra da Misericórdia) significam-na como uma natureza bela e que deve permanecer intocada, somente o uso para o lazer, fruição e pesquisa são aceitos; o segundo, aquele do grupo das mineradoras que a veem como um empreendimento com recursos materiais fundamentais para a produção de suas mercadorias (granito, pedra, etc.) e, por conseguinte, o lucro; por fim, o grupo de indivíduos articulados ou não que a significam como uma possibilidade habitacional (local com fins residenciais), no momento em que ocupando-a constroem suas moradas. Esses três usos e significados se chocam configurando um conflito ambiental.

<sup>10</sup> Trata-se de ações para incremento da educação formal dos moradores e o desenvolvimento e valorização da cultura local, sobretudo, do grafite, rip-rop e funk.

### II.3 - O Efeta: Movimento de Integração Social.

O Efeta (Movimento de Integração Social) foi fundado há doze anos (2000) como Pré-vestibular comunitário, mas é em 2006 que se institucionaliza como pessoa jurídica, com CNPJ e nome fantasia. O nome da ONG vem de uma pequena confusão da leitura feita pelo antigo coordenador e fundador Ronaldo do termo “Efeta” que vem do hebraico e que dizer “*abra-te*”. *Eles confundiram e escreveram Efeta e assim ficou. A ideia do nome é “abrir-se às questões do Complexo do Alemão e entender o mundo através de uma olhar diferente daqueles mais ortodoxos impostos pela mídia”* (Entrevistado 2, entrevista concedida ao autor em 23/11/2011). O foco central do Efeta é o pré-vestibular comunitário, mas realiza outras ações sociais e comunitárias. Segundo o Entrevistado 2, há um índice de aprovação de 30% dos vestibulandos – que ele julga ser um número bastante significativo diante da realidade do Alemão e dá enorme evasão que normalmente ocorre: as turmas começam com 50 e terminam com 15 alunos. Esse esvaziamento é atribuído a uma série de dificuldades e situações socioeconômicas que se impõem aos jovens que moram no Complexo do Alemão. Para além dos conteúdos programáticos das disciplinas tradicionais, o pré-vestibular do Efeta busca, também, apresentar e construir um processo solidário, no qual valores políticos e sociais são transvalorizados<sup>11</sup> para diferenciar daqueles da política predatória do capital. Nessa lógica, realiza-se um ciclo solidário no qual aqueles que tiveram oportunidade de se formar retornam como professores daqueles que ainda estão na condição de vestibulandos e moradores do Alemão. A presente pesquisa entrevistou alguns desses professores e pode-se capturar, através de suas falas, tais valores e comprometimento para a melhoria da qualidade educacional dos moradores das favelas do Complexo. A fala de um ex-aluno exemplifica isso:

Antes de entrar no pré-vestibular eu não sabia que havia universidade gratuita. Para mim todas eram pagas e como a gente não tem dinheiro e nem oportunidade de emprego com salário digno, jamais passou pela minha cabeça cursar uma universidade. Depois, com um convite de um amigo comecei a frequentar o cursinho, às vezes quase dormia nas aulas de tanto cansaço, de ter trabalhado o dia todo, mas fui panhando gosto pelos estudos e me dediquei muito e passei no curso de geografia da UERJ e hoje estou aqui como professor para retribuir e,

---

<sup>11</sup> Tomamos emprestado aqui o termo utilizado pelo filósofo alemão Frederich W. Nietzsche para descrever o processo de transformação de valores da sociedade capitalista.

também, para contribuir para construção de um mundo melhor (Entrevistado 6, entrevista concedida ao autor em 10/12/11).

Atualmente, o Efeta está sediado no terceiro andar do prédio da Associação de Moradores da Nova Brasília que, por sua vez, se situa na Rua Itararé - uma das principais vias de acesso ao Alemão. A construção deste espaço físico foi resultado da atividade e iniciativa do Efeta, Associação e dos moradores, nucleados em torno destas instituições. A concretização veio através de um convênio firmado com uma empresa privada, que financiou a obra do terceiro andar da Associação que estava completamente abandonada. A proposta foi revitalizar o espaço e dar o mínimo de infraestrutura para o funcionamento do pré-vestibular e, ao mesmo tempo, deixar aquela obra como um legado para a Associação. Outra conquista do Efeta e seus parceiros foi o acervo de quatro mil livros – entre didáticos e paradidáticos - doados pelo Ministério da Cultura em forma de prêmio de melhor projeto de leitura.

### **III - Verdejar, Raizes, Efeta e Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia: articulações e parcerias.**

Essas três instituições formam um conjunto de atores que compartilham as mesmas inquietações, valores, crenças e posicionamentos políticos e, além disso, trabalham juntas em diversos momentos da história política do Complexo do Alemão. O Verdejar é um pouco mais antigo, mas as três surgiram quase ao mesmo tempo e sua institucionalização se deu simultaneamente aos demais, em 2004. Em 2006 é institucionalizada sua parceria, com a criação daquilo que ficou conhecido como Comitê de Desenvolvimento Local da Serra da Misericórdia (CDLSM), que congregava ainda outras instituições da região da Leopoldina. Esse coletivo se reuniu para fazer debates sobre desenvolvimento da região, sobretudo, do Alemão. A grande preocupação do CDLSM, para além das questões de desenvolvimento econômico e social, era a proteção e conservação da Serra da Misericórdia.

O CDLSM está desarticulado, mas até fevereiro de 2011 ele congregava vinte e oito entidades. Esse número oscila ao longo de sua história, ora inflado e ora esvaziado, mas em média pode-se dizer que entre 20 e 28 organizações participaram ativamente nos

seus cinco anos de existência, destacando-se Verdejar, Raízes e Efeta. O CDLSM tem buscado conquistar espaço no cenário político municipal, com intuito de construir propostas de diálogo com o poder público, sobretudo, sobre desenvolvimento e preservação ambiental da região.

A proposta do CDLSM é bem mais antiga que sua institucionalização em 2006. Ao que parece, em 1999 houve a criação de um coletivo de natureza semelhante, para não dizer igual, o chamado “Grupão da Serra da Misericórdia”. Este coletivo era composto pelo Verdejar; Assembleia Permanente de Entidades em Defesa do Meio Ambiente (APEDEMA); o Conselho Municipal (CONSU) a ONG Os Verdes da Ilha do Governador; a ONG Bicuda Ecológica da Vila Kosmos; o Centro de Estudos e Pesquisa da Leopoldina da Fundação Oswaldo Cruz (CEPL/Fiocruz)<sup>12</sup>; o Centro de Saúde da Mulher da Penha (CRESAN) e alguns presidentes de Associações e moradores dos Complexos do Alemão e da Penha. Dentre as atividades deste coletivo estão os dois Seminários Temáticos (1999 e 2000) que deram origem à primeira Unidade de Conservação (UC) da Serra da Misericórdia. O segundo Seminário, realizado em 2000 nas dependências do colégio Vista Alegre, na Vila da Penha, contou com a presença das Secretarias de Meio Ambiente do estado e do município, assim como a de um representante da Comissão de Meio Ambiente da Assembleia Legislativa do Rio de Janeiro (Alerj). A reivindicação era a construção de um Parque Ecológico – idealizado pelo Luiz Poeta, um dos fundadores do Verdejar – que viria ocupar a área central das Pedreiras onde hoje atuam as empresas de mineração Lafarge<sup>13</sup>, a Anhanguera<sup>14</sup> e SNEC – Sociedade Nacional de Engenharia.

---

<sup>12</sup> Esse centro era coordenado pelo professor Victor Vala. Atualmente esse centro não existe.

<sup>13</sup> Maiores informações sobre a empresa podem ser encontradas no endereço: <http://www.lafarge.com.br/>, Acessado em 10/ 10/2010.

<sup>14</sup> Maiores informações sobre a empresa podem ser encontradas no endereço: <http://www.pedreiraanhanguera.com.br/filiais.php>. Acessado em 10/10/2010.

O resultado do II Seminário foi a criação da Área de Proteção Ambiental e Recuperação Urbana (APARU), através do Decreto Municipal 19.144, de novembro de 2000. Depois de decretada a Unidade de Conservação (UC), iniciou-se uma série de discussões acerca da regulamentação da então criada APARU. O Coletivo (Grupão da Serra da Misericórdia) entregou em 2001, a diversas secretarias municipais, a Carta da Serra da Misericórdia”<sup>15</sup>, contendo vinte três propostas para essa regulamentação. A prefeitura, por sua vez, criou um grupo de trabalho (GT) com as suas secretarias para formar as bases do Conselho Gestor da APARU, que deveria elaborar o plano de manejo da região. Este GT durou apenas o período do contrato estabelecido pelo governo que foram 180 dias, que, cuja não renovação levou à cessação das atividades e deixou a área sem regulamentação e sem plano de manejo.

O principal problema para a regulamentação da APARU apontado por Edson é o fato de que este tipo de Unidade de Conservação (UC) não é prevista pelo Sistema Nacional de Unidade de Conservação (SNUC).

Aí a prefeitura propôs criar uma APARU. Nós achamos ótimo porque pegava a parte urbana, dava uma condição para que fizéssemos uma intervenção dentro da cidade – da área construída – que no final se mostrou um grande problema, uma grande armadilha porque você não conseguia regulamentar a APARU porque ela não é prevista no SNUC” (Edson, entrevista concedida ao autor em 08/11/11).

Este tipo de área de proteção só existe no estado do Rio de Janeiro. O artigo 6º do SNUC, no entanto, parece não apresentar nenhuma contradição com nessa regulamentação, como se pode observar:

Parágrafo único. Podem integrar o SNUC, excepcionalmente e a critério do Conama, unidades de conservação estaduais e municipais que, concebidas para atender a peculiaridades regionais ou locais, possuam objetivos de manejo que não possam ser satisfatoriamente atendidos por nenhuma categoria prevista nesta lei e cujas características permitam, em relação a estas, uma clara distinção (SNUC, 2000).

---

<sup>15</sup> CARTA, conteúdo da Carta Serra. **Portal Jobi**, Rio de Janeiro, 25/06/1998. Disponível em: <http://jobit99.sites.uol.com.br/CartaSM8.html>, acessado em 10/10/2010.

Desse modo, não fica claro o motivo pelo qual a APARU não foi regulamentada. Uma possível resposta para isso pode ser o fato de que a parte urbana prevista na APARU parece entrar em conflito com os Planos de Estruturação Urbana (PEUs) previstos pelo Plano Diretor da cidade. Esse aparente impedimento para a regulamentação da APARU pode explicar, em parte, o esvaziamento dos Seminários realizados em 2002 e 2003, nos quais o Grupão da Serra da Misericórdia acabou por se desmobilizar. Em 2004 houve uma tentativa, esboçada pelo Verdejar e o Bicuda Ecológica<sup>16</sup>, de remobilização do Grupão, mas, após algumas reuniões, constatou-se o insucesso.

Voltando a 2006, o Raízes começa uma mobilização para a constituição de um Comitê que não fosse apenas para preservação e conservação da Serra da Misericórdia, mas, também, para o desenvolvimento de todo o Complexo do Alemão e região adjacente. Neste momento, o Verdejar, o Raízes e o Efeta consolidam institucionalmente a parceria que permanece até a atualidade. As principais ações deste coletivo se concentraram nos cuidados com resíduos, gestão do lixo, dos esgotos, da água, a criação de áreas verdes, de parques, áreas de lazer e desenvolvimento local – tendo como referência o empreendedorismo. Aliado a isso, o CDLM objetivava a recuperação de áreas verdes para minimizar a poluição atmosférica - que segundo dados do Instituto Estadual do Meio Ambiente (INEA)<sup>17</sup> a região (bacia aérea III) é a mais poluída do Estado – e da água<sup>18</sup>.

---

<sup>16</sup> Trata-se de uma ONG verde que atua desde 1992 na região da Serra da Misericórdia (Vila Kosmos, região da Leolpodina) com intuito de preservar a Serra, mais informações podem ser encontradas no site da ONG: <http://www.bicuda.org.br/rede/bem-vindo-a-nossa-rede/bicuda-ecologica/historico>. Acessado em 12/12/11.

<sup>17</sup> RELATÓRIO, qualidade do ar da região metropolitana do Rio de Janeiro, **Portal Inea**, Rio de Janeiro, maio de 2009. Disponível em: [http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade\\_ar\\_2009.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade_ar_2009.pdf). Acessado em 12/12/11.

<sup>18</sup> RELATÓRIO, divisão das subacias hidrográficas do Rio de Janeiro, **Portal Ineia**, Rio de Janeiro, outubro de 2009. Disponível em: [http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade\\_agua\\_2009.pdf](http://www.inea.rj.gov.br/downloads/relatorios/qualidade_agua_2009.pdf). acessado em 12/12/11. À título de informação, a região da Serra da Misericórdia subdivide cinco subacia

## **4 – Representações e Ambientalismo: justiça ambiental, meio ambiente e desenvolvimento.**

Neste item buscar-se-á analisar a maneira pela qual o Raízes, o Verdejar e o EfeTA compreendem e significam as categorias de desenvolvimento, meio ambiente e justiça ambiental. Por outro lado, o mesmo esforço analítico será consagrado a capturar a percepção e representação que o governo (prefeitura, estadual e Federal) atribui às mesmas categorias. Os resultados aqui apresentados estão baseados nas entrevistas e experiências dos coordenadores das ONGs e dos representantes do governo.

### **4.1 – Trajetórias que se cruzam na ambientalização do Alemão**

#### **4.1.1 Entrevistado 1 e o Raízes.**

O entrevistado 1 é morador da favela Nova Brasília desde que nasceu. Formado em Ciências Sociais pela Universidade Estadual do Rio de Janeiro (UERJ), trabalhou como gerente do Trabalho Social do PAC/Alemão e, atualmente, é coordenador do Instituto Raízes em Movimento, que atua no Complexo do Alemão há dez anos. O início de seu trabalho na área social remonta à época em que cursava a faculdade:

Cheguei a dar aula dentro do Complexo do Alemão no EJA, isso em 1997 e a partir daí, junto com outros universitários (...) era um projeto que na época era articulado com o Viva Rio, que não existe mais hoje dentro da comunidade é o PAE (Para Aumento da Escolaridade). Não era da Secretaria de Educação, mas de Trabalho e Renda (SMTR). A perspectiva deste Jovem adulto era o aumento da escolaridade para entrar no mercado de trabalho, esse foi o primeiro trabalho que desenvolvi na social, né?!(Alam, entrevista concedida ao autor em 30/11/2011).

É no decorrer deste processo que sua trajetória cruza com a de alguns personagens que futuramente irão compor com ele o CDLSM. O primeiro contato se dá no curso de protagonismo social e formação de lideranças coordenado por ele, que formará alguns militantes que depois institucionalizarão o Verdejar. Como relata Luíz Cicero, um dos integrantes do Verdejar, ao descrever sua inserção no movimento social da região:

---

hidrográficas (Rio Momos, do Canal da Penha e do Canal do Cunha que o Rio Fária e Timbó) e todas elas são consideradas as mais poluídas da Bahia de Guanabara.

Até que em 2000... Eu comecei a ter realmente assim uma militância, em 2001 no curso que a gente fez pelo CIEDS<sup>19</sup>, na Paróquia de São Sebastião. Que a gente conheceu o Alan, que era um curso de protagonistas, em 2001, foi a primeira turma de agentes de protagonismo social. E o Alan era o coordenador na época, ele que estava trazendo... Acho que era a primeira turma, que era a unidade do Rio de Janeiro. A gente foi dessa primeira turma, que se formou na Paróquia de São Sebastião. Foi um curso de quatro meses que a gente fez. Então ali houve um despertar pra essas questões mesmo voltadas pro social, pro meio ambiente. Porque antes disso era uma coisa meio que vaga ainda, meio dispersa, ouvia e achava bonito, mas não tinha uma compreensão ainda do como ser, do que ser, do que seria tá agindo dentro da questão social e ambiental. (Luís Cícero, entrevista concedida a Simas, 2006: 45).

#### 4.1.2 Entrevistado 2 e o Verdejar

Então, eu sou criado ali na Sérgio Silva, eu fui morar ali quando eu tinha 7 anos. Já tinha bastante casa, mas não tinha como tá hoje, é claro. Tô com 29, tem 22 anos. Há três anos eu me mudei de lá. Desde os 7 anos ali. O que aconteceu ali, o pessoal sempre via como... Tinha medo, tinha história de assombração. (...) Era mata direto. E às vezes a gente passava na noite, quando era criança aí, altas histórias de assombração. (...) Porque a gente quando era moleque, andava pra pegar pipa ali, de dia, andava aquela porra toda maluco, (...), pra gente ali era quintal. Porque não tinha a Maracá ainda, então não tinha perigo de tráfico ali, nunca teve. Então a gente brincava de polícia e ladrão no mato, era selvagem... A gente ficava o dia inteiro no mato brincando, o dia inteiro! Soltava pipa, pique, era tudo ali. Quase a gente não brincava na rua. Só brincava na rua quando era bola de gude, que aí não tinha jeito. Mas às vezes a gente ia pro campo. Porque lá tinha uma cultura, tem ainda, não sei, interessante, que os coroas também ajudavam a gente a criar esse mundo imaginário. Hoje eu consigo ver um pouco isso. Que eles jogavam bola de gude com a gente, o cara com 50 anos: vamos jogar bola de gude! Aí altos pontão de bola de gude (Entrevistado 2, entrevista concedida à Simas, 2006, p. 46)

Esse longo trecho apresenta o Entrevistado 2 traz também uma das suas identidades para “dentro” e para “fora do grupo”: a de “morador” da comunidade Sérgio Silva. É interessante que sua fala traz diversos pontos sobre a sociabilidade local e também sobre a relação dele e de outros moradores com o espaço da Serra onde o Verdejar está presente. Apresenta usos diversos do mesmo espaço feitos por uma pessoa que um dia viria a compor o Verdejar (SIMAS, 2006).

O contato com o Verdejar aparece na fala do Entrevistado 2 como um momento de mudança na sua vida com relação aos aspectos citados acima. Esse contato se dá muito mais pela insistência da amiga do que pelo discurso ecológico, que nesse primeiro momento não o atinge. Importante ressaltar que aparece nessa fala a preocupação sobre o

---

<sup>19</sup> Centro Integrado de Estudos e Programas em Desenvolvimento Sustentável.

lugar “virar favela”. Essa ideia é recorrente e frequentemente mobiliza esforços em torno da atuação do Verdejar:

A gente sempre ficava com esse pensamento: isso aqui vai virar favela. Já tinham começado algumas casinhas do beco e tal. E a galera falando que ia invadir, que-não-sei-o-quê, que ia invadir, a gente ficava: “caraca, vai virar favela mesmo, não vai ter jeito”. Foi quando começou esse movimento, né. Que o Luiz começou a trazer essas idéias, e influenciar a Ana, que é moradora, e a Ana que me influenciou mais. ...esse iniciozinho de 98, eles começaram em setembro de 97, início de 98. Eu cheguei a ir uma reunião ou outra, assim via e tal, mas eu não me identificava com aquilo. Não tinha nada a ver, eu não pensava em ecologia. Estava longe daquilo ali. Só que a Ana, é uma pessoa que sempre foi muito a minha amiga né, (...). Ela começou com esse lance de ecologia e aí ficava me chamando, eu comecei a ir. Fui a algumas reuniões, só que, como eu não me identificava, não participei muito. (...) Mas eu comecei a ver que através disso daí, eu podia aprender, podia ter uma oportunidade. Porque a gente que mora assim na zona norte não tem oportunidade de porra nenhuma. Então quando pinta alguma coisa você começa a imaginar: “pô isso aí pode me dar uma oportunidade legal na vida, de sei lá, estudar”. Não pelo Verdejar, mas pela coisa da Ana, da minha mãe, eu falei: “pô vou voltar a estudar mesmo”. (Entrevistado 2, entrevista para Simas, 2006, p. 47)

Ele conta que aos poucos foi participando um pouco mais, se entrosando com as pessoas, se interessando, mas que não sabia o que fazer, o que significava “meio ambiente” e como agir em torno disso:

E eu comecei a ver o Verdejar e eu queria fazer alguma coisa mas não sabia. Falava: “per aí, que eu posso fazer? Como é que é, que é isso de meio ambiente? Que vocês fazem?” E eles: “Pô cara, não tem muito que saber, ninguém sabe, a gente tá se reunindo pra ver o que faz. Aparece. Vamos conversar. A gente vai correr atrás, vamos pegar contato, vamos ver.” (Entrevistado 2, entrevista concedida a Simas, 2006, p. 47)

Ao longo desse primeiro contato, o Entrevistado 2 passou a se ocupar cada vez mais com as atividades do Verdejar e começou, também, a capacitar profissionalmente através dessas atividades. Adquiriu conhecimentos na área de educação ambiental, inclusive dando aulas num projeto de reciclagem, concluiu o ensino médio e mais recentemente a graduação em Gestão Ambiental. Ele não mora mais na Sérgio Silva, mas continua se considerando morador e sendo tratado como tal, já que foi “criado” no local, sua mãe ainda mora lá e ele está sempre presente em função das atividades do Verdejar (SIMAS, 2006). Para Entrevistado 2 a Serra da Misericórdia é:

Um acontecimento... Na minha vida. Pode ser que daqui a alguns anos eu suma daqui também, não sei. Mas é um acontecimento na minha vida, a descoberta

da Serra! Por que... Imagina, eu sou criado naquela área. Eu fui morar na Sérgio Silva com 7 anos, mas eu já morava na Relicário, do lado da Canitar, desde os 2, 3 anos de idade. Então eu fui criado até os 7 anos num lado da Serra, num lado da Pedreira e depois fui pro outro. Então a descoberta da Serra como uma área ambiental, uma área ecológica de importância ambiental, pra mim é importantíssima. (...). E que a gente vê que tem um grande potencial ali. Se recuperar sócio ambientalmente falando, que não é só recuperar a natureza, mas essa história, essa coisa do ser humano, essa cultura, essa herança, a gente consegue transformar o município (Entrevistado 2, entrevista concedida a Simas, 2006, p. 46)

A análise destes depoimentos do Entrevistado 2 foi feita por Simas (2006) que percebe em sua trajetória a

Importância que ele dá ao contato com o Verdejar e, de uma nova forma, com a Serra da Misericórdia, que ocorrem justamente no processo de transição da adolescência para a fase adulta. É como se fosse um marco de uma nova vida que começa, eliminando comportamentos vistos como negativos ou inadequados, porém mantendo aspectos positivos, como a relação de pertencimento à comunidade e os laços de amizade. O Verdejar passa a ser para ele, não só o meio de conquistar um ideal, mas também a “oportunidade” para se capacitar e se profissionalizar, definindo caminhos para a sua vida. Esta perspectiva influencia no grupo quando se discute, por exemplo, a necessidade de melhorar a estrutura administrativa e financeira da instituição, que é um dos principais objetivos para o ano de 2007 (SIMAS, 2006, p. 47)

#### **4.1.3 Entrevistado 3 e o Efeta.**

O Entrevistado 3 é morador da favela da Grota, na estrada do Itararé, uma das principais vias que dão acesso ao conjunto de favelas do Alemão. Desde adolescente trabalhava com as questões que envolviam a favela, mas foi na sua juventude (20 e 22 anos) que começou sua militância. Neste momento (1996) quase se filiou ao Partido dos Trabalhadores (PT), depois por um convite se aproximou do Partido Democrático Trabalhista (PDT), mas não chegou a se filiar. Isso porque “já na época eu achava problemático me filiar a algum tipo de partido”, (Entrevistado 3, entrevista concedida ao autor em 23/11/11). Durante sua juventude além da militância trabalhava em atividades profissionais que envolviam eventos culturais:

Fui diretor de teatro amador, fiz algumas coisas, muitas vezes desempregado, batalhando como sobrevivente, como costume brincar, da selva né?! Eles (a mídia, sobretudo) costumam considerar a favela nestes termos. Prefiro favela à comunidade por uma questão muito prática para sair um pouco destes rodeios midiáticos (o termo comunidade tentando amenizar uma coisa que não se

ameniza), por outro, lado a favela como resistência, já descrita lá em Euclides da Cunha (os sertões) como resistente (Entrevistado 3, entrevista concedida ao autor em 23/11/11).

Esse “sobrevivente” de um lugar onde as oportunidades são negadas, as políticas governamentais só chegam através da polícia ou por outras vias, também, violentas e carregadas de interesses particulares, teve que arquitetar seu caminho por várias instâncias:

A vida me encarregou de fazer outras coisas que era a necessidade de trabalhar quase todo morador que nasce na favela não nasce em berço esplêndido precisa em certo sentido de trabalhar e prover o sustento ou pelo menos ajudar o sustento da família. Para mim não foi diferente. Eu tive que fazer uma série de coisas. Algumas coisas informais. Coisas práticas. (Entrevistado, entrevista concedida ao autor em 23/11/11).

Em 2000 ele entra para na universidade, em grande parte, por influência de amigos como ele nos relata:

A minha entrada para universidade foi por influência de amigos e que ainda hoje continuo conversando com eles, nos tratamos como irmãos; influenciaram-me porque eu os via se formando. Fui à formatura de alguns deles. Outros sequer completaram o ensino médio. Outros morreram decorrente de confronto armado. Outros entraram para o tráfico, enfim, a vida na favela tem essa dinâmica que a gente costuma lidar. Então entrei para universidade por uma bolsa – que havia um convênio - que na época a diretora da escola morava perto da casa onde morei e ela gostava muito de mim. Ela falou do processo aí eu fiz a minha inscrição numa universidade particular e fui fazer comunicação social (Entrevistado, entrevista concedida ao autor em 23/11/11).

Neste mesmo momento é que ele consolida sua militância no movimento social. Recebe uma grande influência de um professor chamado Marcelo Fonseca – um artista plástico que trabalha com psicanálise - que teve grande participação na sua formação política dando vazão a toda fúria, indignação e experiência das políticas dentro do Complexo. Esse processo o insere no contexto dos movimentos sociais e o aproxima do Efeta. No final de sua formação, em 2005, assume a coordenação do Efeta - que já existia há doze anos como pré-vestibular comunitário - e em 2006 o institucionaliza com CNPJ e nome fantasia. Neste mesmo ano se consolidava a parceria com o Verdejar e Raízes, com a criação do CDLSM, mas os diálogos vinham de antes de 2001.

## 5 - CDLMS: uma conclusão.

Essas três trajetórias se cruzam no ponto mais alto de um processo, iniciado anteriormente, denominado por Simas (2006) como “processo ambientalizador”, promovido, em grande parte, pela formação e atuação do Verdejar (SIMAS, 2006). Assim, a problemática ambiental do Complexo do Alemão tornou-se um fator aglutinador e uma bandeira para justiça ambiental, como nos relata o Entrevistado 1:

Atualmente o movimento ambientalista tem diferentes correntes, várias formas de conceber e significar a problemática do meio ambiente e, uma delas, a que está ligada à questão de justiça ambiental centraliza a questão da preservação no Homem e a centralidade no ser humano é fundamental para se pensar o meio ambiente pouco discutido quando se fala em ecologia. A semântica da palavra eco vem de casa, lugar de moradia, lugar de onde você mora, onde você vive o mais adequado a natureza possível. Então pensar ecologia dessa forma é a semântica e com perspectiva de justiça ambiental você está pensando em discutir uma localidade igual o Complexo do Alemão – que é todo o maciço e uma área verde que Serra é uma denominação geológica e não só ambiental, então pensar o desenvolvimento para o Complexo do Alemão na perspectiva do meio ambiente se for por esse parâmetro *ela aglutina sim* do qual a gente compartilha coletivamente. Então, ela dá conta de pensar na melhoria da qualidade de vida da população da área da Serra da Misericórdia e também na parte de preservação da área ambiental é fundamental (Entrevistado 1, entrevista concedida ao autor em 30/11/11, grifo do autor deste paper)

Além disso, esses personagens têm fortalecem o discurso que atribuem a da Serra da Misericórdia o significado de “*última área verde de toda região da Zona Norte*” e, portanto, *sua degradação e deterioração* têm a ver com um processo de *crise ecológica global*. Neste sentido, as ideias de “meio ambiente” e mesmo “natureza” ganham significados específicos relacionados ao paradigma moderno/ocidental, seja nas diferentes versões desenvolvimentistas, seja nas ainda mais diferentes versões de crítica ao modelo de desenvolvimento, dentre as quais se enquadra a “justiça ambiental”, que é um movimento de luta contra a “injustiça ambiental” (SIMAS, 2006). A Rede Brasileira de Justiça Ambiental defini o concebe o conceito de injustiça ambiental como sendo:

[...] situações onde a carga dos danos ambientais do desenvolvimento se concentra, de modo predominante, em locais onde vivem populações pobres. O conceito de injustiça ambiental denuncia, entre outras coisas, a lógica que define os locais onde serão instalados os grandes empreendimentos de mineração, as barragens das hidrelétricas, a passagem de linhas de transmissão de eletricidade, de oleodutos e outras obras, como depósito de lixo tóxico ou de resíduos químicos. Uma lógica que faz com que todos os efeitos nocivos do

desenvolvimento recaiam sempre sobre as populações mais vulneráveis ([www.justicaambiental.org.br](http://www.justicaambiental.org.br), acessado em 07/06/2009).

De acordo com Simas (2006), na cidade do Rio de Janeiro as imagens construídas e veiculadas pelos meios de comunicação de massa apenas associam a favela as categorias “meio ambiente” e “natureza” quando o crescimento da favela ameaça as “áreas verdes” e recursos naturais protegidos em bairros da Zona Sul, como é o caso o Horto<sup>20</sup> e dos chamados ecolimites.

Em outros contextos, “meio ambiente” está associado muito mais à questão de santuários ecológicos, parques e unidades de conservação, do que a questões como qualidade de vida, saneamento básico, água encanada e outros elementos que compõem o ambiente urbano. Para certos segmentos, essas preocupações com “ambientes naturais” são um “luxo e não cabem a grupos que sofrem com problemas mais urgentes como o desemprego, a violência e a miséria” (SIMAS, 2006). Deste modo, o conceito de “Justiça Ambiental” oferece um novo olhar para a questão e insere no debate ambiental problemas que antes não eram vistos como parte da problemática ambiental. O Entrevistado 2 nos relata que o Verderjar entende o conceito de justiça ambiental como uma forma para:

caracterizar a questão ambiental como um problema da distribuição injusta dos benefícios e malefícios da produção econômica. É relacionar a questão ambiental com a situação social das pessoas, ou seja, a gente consegue através desse conceito enxergar os problemas ambientais dentro de uma favela ou numa área desprovida de recursos; não é atoa, não é por acaso. Tem uma lógica perversa por detrás daquilo ali e ajuda a gente a criar força, a passar informação e principalmente a aglutinar parceiros porque a rede é isso: a rede ambiental hoje é uma rede de parceiros pessoas do Brasil inteiro que se apoiam mutuamente nas suas causas, nos seus locais de luta (Entrevistado 2, entrevista concedida ao autor em 08/11/11).

Além disso, ele conclui que

---

<sup>20</sup> Comunidade que vem sendo historicamente ameaçada de remoção devido a sua suposta ocupação “irregular” do Jardim Botânico. Maiores informações podem ser adquiridas através do site: [http://www.amahor.org.br/historia\\_do\\_horto](http://www.amahor.org.br/historia_do_horto) acessado em 10/08/11.

O conceito de justiça ambiental ajuda nesse sentido: entender que todos os impactos ambientais que a gente vive a vida inteira nessa região eles não surgiram por acaso ou surgiram por culpa nossa, nem da natureza; na verdade cria-se um conflito entre ser humano e natureza aqui na localidade a partir da ausência do Estado e o conceito de justiça ambiental dá essa base para gente trabalhar; dá essas condições para gente dizer para as pessoas: olha, se o esgoto está na tua porta, meu amigo, isso aí é crime; é pré-conceito. Um exemplo clássico. Vou falar da Pedreira de novo. Ela está ganhando licença ambiental a torto e direita porque a cidade está em obras. A gente está às vésperas de grandes eventos, tem via pública sendo estourada para tudo em que lado. De onde vai vir a brita? De fora do Estado? Deveria. Tá vindo daqui. Pra que não vem Parque Ecológico, não vem recuperação de área degradada pra que vem silicose, pulmão de pedra, a poluição dos rios, a poluição do sistema pluvial e aí está um exemplo clássico de injustiça ambiental (Entrevistado 2, entrevistas concedida ao autor em 08/11/11).

Na perspectiva da justiça ambiental, a existência contínua de atividades como as Pedreiras na Serra da Misericórdia e das políticas governamentais voltadas para o interesse do capital imobiliário e da construção civil que, em última análise, não garantem a qualidade sanitária e ambiental dos territórios citadinos, só poderiam acontecer como acontecem em lugares socialmente desvalorizados e ambientalmente degradados (SIMAS, 2006). Além disso, a perversidade dessa injustiça submete esses grupos subalternos a arcarem com a maior parcela da degradação e danos produzidos pela produção de mercadorias e lhes nega, ou restringe, o acesso aos bens produzidos por essa produção. O Entrevistado 2 parece ter encontrado na Rede Brasileira e no conceito de justiça ambiental uma possibilidade de ampliar e fortalecer a luta do Verdejar e demais organizações contra as pedreiras e todas as injustiças ambientais que recaem sobre os moradores do Complexo do Alemão e região.

A gente se inscreveu na rede e faz parte como integrante da Rede. A gente vai tentar mobilizar a rede para nos ajudar com essa questão das pedreiras. Primeira questão que a gente vai propor para a rede. Dois anos que a gente se filiou. Já sabia, conhecia o pessoal, mas nunca tinha filiado e criar uma linha dentro da justiça ambiental. É justamente essa criar as unidades de conservação e criar. (Entrevistado 2, entrevista concedida ao autor em 08/11/11)

Por fim, o Entrevistado 1 articula o conceito de justiça ambiental aos direitos humanos, na perspectiva de fortalecimentos da luta das organizações sociais nos mais variados campos do saber, como demonstra no trecho a seguir:

Se a gente for por direitos humanos que muitas vezes – como o meio ambiente é só visto pelo verde, os direitos humanos são vistos pela questão da segurança pública e aí a gente trabalha a questão dos direitos humanos com as perspectivas

do DHESCA (direitos humanos econômicos, sociais, culturais e Ambientais). Também trabalhamos a questão dos direitos humanos na perspectiva destes princípios [justiça ambiental] tanto o meio ambiente – na sua mais ampla concepção – pensando esses dois amplamente ele se sobrepõe e acaba por ser quase a mesma perspectiva de melhoria da qualidade de vida para populações que vivem nessas regiões. Então, é nessa perspectiva que a gente trabalha então ela é aglutinador porque ela dá conta de pensar o desenvolvimento local e toda sua complexidade (entrevistado 1, entrevista concedida ao autor em 30/11/11, acréscimo do autor).

Pode-se, pois, afirmar que a perspectiva pela qual as organizações (Verdejar, Efeta e Raízes) entendem e constroem as categorias de meio ambiente e desenvolvimento sustentável são distintas daquelas que os governos e as organizações multilaterais entendem. Nesse sentido, o ambientalismo das organizações locais parece, em alguns aspectos e momentos, com aquele que Martinez-Alier (2009) denominou de *ambientalismo dos pobres*. Para o autor, o ambientalismo dos pobres é um enfoque alternativo e contrário ao da ecoeficiência que não vê a chamada “questão ambiental” como um problema a ser superado “por toda a humanidade”, mas como um reflexo inerente de uma forma determinada de intervenção no meio ambiente:

[...] el eje principal de esta tercera corriente [ambientalista] no es una reverencia sagrada a la naturaleza sino un interés material por el medio ambiente como fuente y condición para el sustento, no tanto una preocupación por los derechos de las demás especies y las generaciones futuras humanas sino por los humanos pobres de hoy. (...) Su ética nace de una demanda de justicia social contemporánea entre humanos. (...) muchas veces los grupos indígenas y campesinos han coevolucionado sustentablemente con la naturaleza. Han asegurado la conservación de la biodiversidad. Las organizaciones que representan grupos campesinos muestran un creciente orgullo agroecológico por sus complejos sistemas agrícolas y variedades de semillas.” (MARTINEZ ALIER, 2009, p. 27).

Essa vertente do “ambientalismo” sai do genérico e “transcendental” intento de salvar a “humanidade” de suas próprias ações (o de salvar a “natureza” das ações humanas) para demonstrar que há parcelas da “humanidade” que sofrem mais os efeitos das “externalidades” produtivas do modo de produção capitalista<sup>21</sup>. Esses atores não querem ou não aceitam, pelo menos na retórica e no discurso, uma adequação do modo

---

<sup>21</sup> Tomamos emprestado, aqui, o termo utilizado pelo filósofo alemão Frederick W. Nietzsche para explicar as transformações valorativas da sociedade capitalista.

de produção atual, pois eles têm projetos (ou valores) distintos de intervenção no meio ambiente (e territórios) que não são adaptáveis à lógica de acumulação de riquezas abstrata. Porém, observa-se que em outros momentos e aspectos o ambientalismo das de tais organizações se assemelha com aquele proposto pelos governos – a ideia do Verdejar e seus parceiros desde o início foi preservar a Serra e conter o crescimento das favelas para dentro da área verde. Nesse sentido de contenção, conseguiram em 2000, através do o Decreto Municipal que tombaria a Serra em APARU e demarcaria o ecolimite da região. Essas ações parecem com aquelas realizadas pelo governo do Estado, chamada de ecolimites<sup>22</sup> para as favelas, sobretudo, as localizadas na Zona Sul da cidade. Desse modo, perguntar-se-ia como caracterizar esse ambientalismo tão singular e volátil? Essa questão é o eixo central de nossa investigação, porém a pesquisa não encontrou uma resposta plausível e cientificamente confiável. Diante disso objetiva-se, em trabalhos futuros, desenvolver essa temática com intuito de solucionar a problemática.

Por outro lado, observa-se que o Estado busca construir uma perspectiva de “meio ambiente” e “desenvolvimento sustentável” que articula diversos “saberes” e interesses para legitimar suas ações e políticas. Apesar de ter sido publicado o “Relatório do Plano de Desenvolvimento Sustentável do Alemão”, não existe um PDSA em curso. Produtor das normatizações, detentor de um acúmulo de experiência, dotado de corpo técnico especializado e recursos financeiros para agir na construção e implantação do PDSA, o Estado parece não o levar adiante ou o faz de maneira fragmentada e desconectada dos (interesses) moradores. Assim, reproduzindo a tradicional lógica de loteamento de cargos, a prática governamental é marcada pelo eleitoralismo e permanente favorecimento do setor privado, em detrimento aos interesses e necessidades da população. Na prática, o PAC se mostrou uma política cuja única “sustentabilidade” almejada e alcançada foi a de um ambiente de negócio (entre governo e setor privado) em detrimento ao social e ao ambiental. Uma rápida olhada nas doações para as campanhas eleitorais de 2010 e veremos um volume extraordinário de recursos sendo migrados das

---

<sup>22</sup> Trata-se de uma política do governo de Sérgio Cabral (2008-2010) que visa cerca as favelas com muros para limitar seu crescimento para dentro das áreas verdes dos seus entornos.

empreiteiras para os cofres do PMDB de Sérgio Cabral<sup>23</sup> e o PT de Dilma Russeff<sup>24</sup>. Do mesmo modo, veremos um repasse, também extraordinário, de recursos públicos para as mesmas empreiteiras doadoras através dos contratos de obras espetacularização, como o teleférico do Alemão. Para a campanha de Sérgio Cabral, reeleito no primeiro turno, cinco empreiteiras doaram juntas R\$ 3,8 milhões, ou 18,4% do total declarado de R\$ 20,6 milhões. Dentre elas as maiores contribuidoras foram a Camargo Corrêa e a OAS, que doaram R\$ 1 milhão cada. As duas empresas formam um dos quatro consórcios responsáveis pela construção do principal trecho do Arco Rodoviário, obra que inicialmente tinha um orçamento de R\$ 800 milhões, mas que hoje já chega perto de R\$ 1 bilhão. A OAS integra o consórcio Rio Melhor que realizou as obras de reurbanização e construção do teleférico do Complexo do Alemão. Além dessas empresas, a campanha de Cabral também recebeu donativos das empresas Queiroz Galvão e Carioca Engenharia que juntas contribuíram com a quantia de R\$ 1,3 milhões. Essas empresas também possuem contrato para realização das obras do PAC, respectivamente, na favela da Rocinha e no Arco Rodoviário. Para a campanha de Dilma Russeff as empreiteiras também foram generosas que juntas contribuíram com a cifra de R\$ 51,1 milhões doados por 43 empresas que mantiveram contratos com a administração pública no ano de 2010. Essa cifra é praticamente 50% de toda a arrecadação do partido que foi da ordem de R\$ 113,9 milhões.

Por outro lado, o faturamento das 43 empresas junto ao governo federal em 2010 atingiu a cifra de R\$ 2,1 bilhões. Dessas, 23 são empresas do ramo da construção civil que contribuíram com R\$ 32,3 milhões. A maior beneficiada pelos repasses federais foi a empreiteira Delta Construções (integrante do consórcio Rio Melhor), que até outubro de 2010 já havia recebido R\$ 467,5 milhões. Ela dou R\$ 1,15 milhão aos cofres do PT. A maior parte dos recursos recebidos pela empresa vem do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transporte (DNIT) para a recuperação, manutenção e construção de trechos rodoviários. A Delta Construções também realiza obras de transposição do Rio São Francisco.

---

<sup>23</sup>Fonte: Agência Estado do dia 01/11/2010. Os dados da Campanha do governador estão publicados no site do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

<sup>24</sup> Fonte: Jornal Diário de Natal do dia 14 de novembro de 2010.

## **6 – Ambientalização do urbano e o caso do Alemão**

Neste item buscaremos apresentar uma contextualização do que se entende por ambientalização, seu surgimento e sua evolução no campo das ciências sociais e nas práticas de grupos e atores coletivos. Este conceito aparece como uma “onda”, um processo que surge a partir de novas concepções sobre o processo produtivo capitalista e vai sendo paulatinamente espreado para os movimentos dos trabalhadores e movimentos acadêmicos. Por outro lado, essa “onda” é fortemente influenciada pelas novas práticas de luta desenvolvidas pela classe trabalhadora, que de algum modo são afetados ambientalmente pela poluição oriunda das atividades produtivas. Ao que parece, este conceito surge da constatação, pela classe trabalhadora, de que o ambiente do trabalho constitui algo nocivo a saúde humana e do planeta. Assim, as questões antes debatidas no âmbito das condições e saúde do trabalhador passam a ser debatidas no campo das políticas ambientais, ou seja, a questão ambiental engloba o vasto leque de reivindicações dos trabalhadores.

### **6.1 – Ambientalização dos conflitos sociais.**

O termo ambientalização é um neologismo semelhante a alguns outros usados nas ciências sociais para designar novos fenômenos ou novas percepções de fenômenos. Desse modo, os termos industrialização ou proletarização (este último usado por Marx) foram indicativos de novos fenômenos no século XIX, como também poderia também falar de tendências de “desindustrialização” e de “sub-proletarização” desde o final do século XX (LEITE LOPES, 2004, p. 17). O sufixo comum a todos esses termos indicaria um processo histórico de construção de novos fenômenos, associado a um processo de interiorização pelas pessoas e pelos grupos sociais -, no caso da ambientalização, dar-se-ia uma interiorização das diferentes facetas da questão pública do meio ambiente. Essa incorporação e uma conseqüente naturalização de uma “*nova questão pública*” poderiam ser notadas pela transformação na forma e na linguagem dos conflitos sociais e na sua institucionalização parcial (LEITE LOPES, 2004, p. 17). Assim, a

ambientalização dos conflitos sociais está relacionada à construção de uma nova questão social, uma nova questão pública. Pode-se supor que a constituição dessa questão tenha se iniciado nos países desenvolvidos industriais, relacionada à produção de acidentes industriais ampliados, de

grandes riscos e de sua internacionalização. Assim, a conferência de Estocolmo de 1972 teria sido proposta pela Suécia, incomodada pela poluição no mar Báltico, por chuva ácida, por pesticidas e metais pesados encontrados nos peixes (LEITE LOPES, 2004, p.19).

Observa-se, portanto, que nos países desenvolvidos industrialmente a aplicação da ciência numa escala industrial e a modernização crescente, sobre a base de uma sociedade industrial já existente, levam autores a caracterizá-la como sendo uma sociedade de risco (ULRICH BECK apud LEITE LOPES, 2004, p. 19). Mary Douglas recoloca as concepções modernas do risco no contexto da ideologia capitalista e individualista – “as classes populares como classes perigosas, a juventude como classe de idade de risco, etc” (DOUGLAS apud LEITE LOPES, 2004, p.19). Desse modo, o significado da categoria de “risco” é relativizado de maneira que as ciências sociais não devem tomá-lo acriticamente.

Para Leite Lopes (2004), o processo histórico de ambientalização dos conflitos sociais assim como outros similares que implicam simultaneamente transformações no Estado e no comportamento das pessoas (no trabalho, na vida cotidiana, no lazer). O autor aponta cinco fatores responsáveis, quais sejam:

o crescimento da importância da esfera institucional do meio ambiente entre os anos 1970 e o final do século XX; os conflitos sociais ao nível local e seus efeitos na interiorização de novas práticas; a educação ambiental como novo código de conduta individual e coletiva; a questão da “participação”, e, finalmente, a questão ambiental como nova fonte de legitimidade e de argumentação nos conflitos (LEITE LOPES, 2004, p. 20).

No Brasil, esse processo se inicia através da criação de uma série de órgãos e instituições governamentais que passaram a normatizar as atividades econômicas que de algum modo causassem um “impacto ambiental”. Para Leite Lopes (2004), a institucionalização da questão brasileira começa com a criação da Secretaria de Meio Ambiente (Sema) subordinada ao Ministério do Interior, a qual.

Refletia, por um lado, a demanda de controles ambientais por parte de uma minoria de técnicos governamentais e, por outro, a oportunidade de uma chancela institucional para a captação de financiamentos internacionais para os quais as garantias ambientais eram necessárias. (LEITE LOPES, 2004, p. 20).

Além da Sema, outra duas instituições ambientais foram sendo criadas neste período, uma no Estado de São Paulo e outra no Rio de Janeiro, respectivamente, Cetesb

em 1974 e a Feema em 1975. Nesse momento cria-se a figura do licenciamento ambiental para as atividades industriais, obras de construção civil, serviços, potencialmente poluidoras ou geradoras de impactos ambientais indesejáveis. No âmbito da Feema (atual INEA/RJ) cria-se o Sistema de Licenciamento de Atividades Poluidoras (SLAP), cujo conteúdo estava listado todas as atividades industriais e os limites permitidos para exercício das mesmas. Em grande parte esse Sistema estava embasado nas experiências da Environmental Protection Agency (EPA), agência federal de controle ambiental estadunidense. Além dessa onda institucionalizadora da questão ambiental houve também uma migração das preocupações ecológicas, antes restritas aos cursos de biologia da universidade, para se alojarem também nas consciências das pessoas tornando-se uma visão de mundo (SACHS, 2000 in LEITE LOPES, 2004, p. 25). O SLAP publica em 1979 o Manual do Meio Ambiente, o qual regularmente e normatiza os procedimentos criando uma legislação pertinente. Esse trabalho de normatização, realizado pelos estados de São Paulo e Rio, foram se expandido e transformado em normas federais, através das resoluções do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) em 1996 e 1997. Para, além disso, Leite Lopes (2004) evidencia o lugar dos conflitos sociais no processo ambientizador, apontando-o como uma forte influência na interiorização das novas práticas: *“o caso da fábrica de cimento em Contagem, Minas Gerais, é o primeiro caso emblemático da normatização de resultados de conflitos socioambientais que interioriza a questão ambiental nas legislações locais, regional e nacional”* (LEITE LOPES, 2004, p. 20). O caso ocorreu em 1975 quando moradores dos arredores de uma fábrica de cimento se mobilizaram contra a poluição gerada por ela. A mobilização consegue a interferências dos poderes públicos, no caso a prefeitura de Contagem e o Ministério Público que

fecha a fábrica, por desobediência às determinações municipais quanto à instalação de fábricas sem filtros. O governo federal reage fazendo o decreto citado, monopolizando no nível federal a faculdade de fechar fábricas (que tenham uma produção considerada de interesse nacional) por razões ecológicas e de poluição (LEITE LOPEZ, 2004, p. 21).

Com a redemocratização do país, a jurisprudência passa a permitir normas mais restritivas no nível estadual, o mesmo sendo válido para o nível municipal.

Em decorrência de conflitos como o de Contagem, e do crescimento de movimentos conservacionistas e ecológicos, e inclusive no interior da burocracia técnica ligada à Secretaria de Ciência e Tecnologia estadual, há

pressões para a criação de órgãos de controle ambiental. (LEITE LOPEZ, 2004, p. 21).

Um exemplo destes tipos órgãos criados foi o COPAM (Conselho Estadual de Política Ambiental de Minas) que de um suposto espaço democrático de mediação de conflitos ambientais passa para um plano oligárquico do exercício do poder do Conselho, a despeito da reiterada evocação, por parte dos conselheiros, da democratização preconizada pela ideologia do desenvolvimento sustentável (CARNEIRO, 2005, p. 67).

No início da década de 1980 é sancionada no Congresso Federal (governo Figueiredo) uma Política de Meio Ambiente institucionalizando, em nível federal, a normatização do controle ambiental que já vinha sendo realizado pelos estados de Minas, Rio e São Paulo. No ano de 1985 é

criada a ação civil pública, que disciplina a ação civil pública de responsabilidade por danos causados ao meio ambiente, ao consumidor, a bens e direitos de valores artísticos, estéticos, históricos, turísticos, paisagísticos. Em 1986, o Conama institui uma política nacional de avaliação de impactos ambientais, exigindo estudos e audiência públicas para o licenciamento de atividade potencialmente poluidoras (LEITE LOPEZ, 2004, p. 22).

Por outra parte, os EIA-RIMAs são introduzidos na mecânica do licenciamento, com toda a classificação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento, com toda a classificação de atividades ou empreendimentos sujeitos ao licenciamento ambiental (extração mineral, indústria, obras, serviços, transporte, atividades agropecuárias, uso de recursos naturais). No início da década de 1990 realiza-se a Eco-92, conferência da ONU no Rio de Janeiro, no seu processo de formulação e realização fortalece os movimentos ambientalistas, ONGs, associação de moradores, federações empresariais, instituições governamentais. Em 1998 é criada uma lei que estabelece os crimes ambientais prevendo fortes penalidades, aumentando a normatização e rigidez às atividades poluidoras. O caso da CSN é outro que fornece elementos para se pensar na interiorização das preocupações ambientais e normatização do controle das atividades ambientais, além, de promover um processo ambientizador no seio da sociedade cidadina não só da cidade de Volta Redonda (250 mil habitantes) como, também, das demais cidades brasileiras. Leite Lopes (2004) observa que há, ao longo do tempo, uma interiorização da preocupação ambiental por parte dos trabalhadores e sindicatos e, também, pela própria população da cidade de Volta Redonda.

Se os conflitos socioambientais locais promovem uma interiorização dos direitos e dos argumentos ambientais, pressionando por leis e controles estatais e ao mesmo tempo sendo alimentados por tais instrumentos estatais; por outro lado, a ambientalização como processo de interiorização como processo de interiorização de comportamentos e práticas se dá através da promoção da “educação ambiental”, uma atividade explicitamente escolar ou paraescolar, mas também comportando formas de difusão por meios de comunicação (LEITE LOPES, 2004, p. 27, grifos no original)

No que tange a interiorização dos direitos e argumentos da questão ambiental surge uma nova fonte de legitimidade nos conflitos sociais: a esfera jurídica – a categoria de direitos difusos,

abrangendo aos direitos do consumidor, a proteção ao patrimônio histórico e a paisagem, aos direitos da criança e do adolescente, e fazendo desse conjunto aparentemente heterogêneo de fenômenos, um conjunto coerente em torno da ideia de direito coletivo, de necessidade de reprodução da qualidade de vida de uma geração para outra, de “sustentabilidade” (LEITE LOPES, 2004, p. 27, grifos no original).

Por outro lado, ocorre uma normatização da vida cotidiana. Neste sentido, surge a educação ambiental como uma espécie de manual de autoajuda pública que, através da conduta individual, busca normatizar ambientalmente a vida cotidiana da cidade (LEITE LOPES, 2004). Esse processo se assemelha aos “manuais de etiqueta” que surgiram no Renascimento europeu, analisado por Nibert Elias e o seu papel no controle das emoções e na estilização da conduta, fazendo naturalizarem-se certos comportamentos (ELIAS, 1990 apud LEITE LOPES, 2004, p. 28). Desse modo, nas escolas surge uma nova disciplina transversal<sup>25</sup>, a educação ambiental que, resguardados suas idiossincrasias, pode ser entendida como um aparato ideológico do Estado (ALTUSSER, 2003).

---

<sup>25</sup> Lei federal de educação ambiental, de abril de 1999.

## 7 – Referências Bibliográficas:

ACSELRAD, Henri. **A duração das cidades**: sustentabilidade e riscos nas políticas urbanas. Lamparina,(2009), Rio de Janeiro.

ACSELRAD, Henri. Justiça ambiental: ação coletiva e estratégias argumentativas. In: Acselrad, Herculano e Pádua, Organizadores. **Justiça ambiental e cidadania**. Rio de Janeiro: Relume Dumará: Fundação Ford.

BELCHIMOL, Jaime Larry. **Pereira Passos**: um Haussmann Tropical. A renovação urbana da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX. Rio de Janeiro: Secretaria Municipal de Cultura, Departamento Geral de Documentação e Informação Cultural, 1992.

BRASIL, 1999. Lei Federal de Educação Ambiental. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/19795.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm) - acessado em 25/10/2011.

BOURDIEU, Pierre. **A identidade e a representação**: elementos para uma reflexão crítica sobre a ideia de região. In: BOURDIEU, Pierre (1989). **O poder simbólico**. Rio de Janeiro. Bertrand. p. 107-132

CARNEIRO, Eder Jurandir; BARROS, Matheus Alves de. **Conflitos ambientais e urbanização de classes populares**: (in) justiça ambiental e a comunidade do bairro São Dimas, São João del-Rei – MG. Anais do III Encontro da Associação Nacional de Pesquisa e Pós-Graduação em Ambiente e Sociedade (ANPPAS), (2006), Brasília.

CORRÊA, Sílvia Borges. **O processo ambientizador e a etiqueta ambiental da empresa que “pensa verde”**: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Tese de doutorado. Rio de Janeiro: PPCIS/UERJ, 2006.

ELIAS, Norbert e SCOTSON, John. **Os Estabelecidos e os Outsiders**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2000.

\_\_\_\_\_. **O processo civilizador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor,(1998), v1.

HARVEY, David. **A produção capitalista do espaço**. Annablume (2005), São Paulo.

\_\_\_\_\_. **O trabalho, o capital e o conflito de classes em torno do ambiente construído nas sociedades capitalistas avançadas**. In: Revista Espaço & Debates, (1982) jun/set.

IBGE, Censo domiciliar da região do Rio de Janeiro população e área Disponível em: [http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas\\_pdf/Rio\\_de\\_janeiro.pdf](http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2010/tabelas_pdf/Rio_de_janeiro.pdf), acessado em 25/02/11.

LAMBOOY, J.G.; MOULAERT, F. São Paulo: **“La Organización Económico de las Ciudades**: una perspectiva institucional” In: Revistas Cedernos IPPUR, (2006), Rio de Janeiro.

LOPES, José Sérgio Leite (2004-a) (coord.), **A ambientalização dos conflitos sociais**, Rio de Janeiro: Relume-Dumará; Núcleo de Antropologia da Política/UFRJ.

LEFÈBVRE, Henri. **Industrialização e Urbanização**. In: LEFÈBVRE, Henri. O Direito à cidade. Edit. Documentos (1969), São Paulo.

MARICATO, Ermínia (org.) **A produção capitalista da casa (e da cidade) no Brasil industrial**. 2ª ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1982.

Moura dos Santos, Joaquim J. **Contribuição ao Estudo da História do Subúrbio do Rio de Janeiro: A Freguesia de Inhaúma de 1743 a 1920**. Dissertação de Mestrado. UFRJ, 1987, mimeo.

QUEIROZ, L. L.; CARDOSO A. L. (1996) **Da cidade à nação: gênese e evolução do urbanismo no Brasil**. In: RIBEIRO, L.L. Q.; PECHMAN, R. (1996). Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo moderno. Civilização Brasileira, Rio de Janeiro.

SACHS, Wolfgang. **Anatomia da política do desenvolvimento sustentável**. Democracia Viva (1999), Rio de Janeiro, n.1.p.12-23. nov.

SANTOS, Milton. **A Geografia e a nova dimensão do planeta**. In: Revista Brasileira de Tecnologia (1984), Brasília, V. 15(5). Set/out.

\_\_\_\_\_. **O espaço total de nossos dias**. In: SANTOS, Milton. Para uma Geografia Nova. São Paulo: Hucitec, (1981). p. 161-177.

SOUZA, Marcelo Lopes de (2003). **O que faz de uma cidade, uma cidade?**. In: ABC do desenvolvimento urbano. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

TOPALOV, Christian. **Da questão social as o problemas urbanos: os reformadores e a população das metrópoles em princípio do século XX**. In: RIBEIRO, L.L. Q.; PECHMAN, R. Cidade, Povo e Nação: Gênese do Urbanismo moderno. Civilização Brasileira (1996), Rio de Janeiro.